

A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do campo: o caso do assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará

School permanence in Youth and Adult Education (EJA) in the countryside: the case of the 25 de Maio settlement, Madalena, Ceará

Permanencia escolar en Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el campo: el caso del asentamiento 25 de Maio, Madalena, Ceará

Recebido: 18/10/2020 | Revisado: 22/10/2020 | Aceito: 23/11/2020 | Publicado: 28/11/2020

Nara Lucia Gomes Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9009-8181>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: nara.lima@uece.br

José Ribamar Furtado de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5487-6310>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: furtado.riba@gmail.com

Resumo

Este estudo volta-se a Educação de Jovens e Adultos do campo e tem como objetivo analisar os aspectos que tem contribuído para a permanência escolar no assentamento rural 25 de Maio, observando a luta por Educação do Campo no contexto da reforma agrária. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e explicativa, orientada pelo método dialético. Para a coleta de materiais em campo utilizou-se à entrevista semiestruturada, observação participante e análise documental. Constatou-se que a permanência escolar no campo está relacionada às categorias gestão escolar, prática docente e prática pedagógica. A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela organização do ensino, acompanhamento pedagógico e oferta da EJA no interior deste assentamento. Os professores realizam um trabalho de base que consiste em visitas domiciliares, mas falta apoio pedagógico da escola. Constatou-se que a maioria dos educandos são trabalhadores rurais, com faixa etária de 32 a 50 anos de idade, os mesmos permaneceram na EJA com objetivo de concluírem seu processo de escolarização e obterem a certificação. Este estudo permite refletir sobre os desafios da EJA em áreas assentadas atentando para a permanência escolar no campo e traz apontamentos para pesquisas futuras.

Palavras-chave: EJA do campo; Assentamento rural; Permanência escolar.

Abstract

This study focuses on Youth and Adult Education in the countryside and aims to analyze the aspects that have contributed to school permanence in the rural settlement 25 de Maio, observing the struggle for Rural Education in the context of land reform. It is a qualitative, descriptive and explanatory research, guided by the dialectical method. For the collection of materials in the field, semi-structured interviews, participant observation and document analysis were used. It was found that school stay in the field is related to the categories school management, teaching practice and pedagogical practice. The Municipal Department of Education is responsible for the organization of teaching, pedagogical support and provision of EJA within this settlement. Teachers carry out basic work consisting of home visits, but the school lacks pedagogical support. It was found that the majority of students are rural workers, aged between 32 and 50 years old, who remained in the EJA in order to complete their schooling process (elementary school II and high school) and obtain certification. Therefore, this study allows us to reflect on the challenges of EJA in settled areas paying attention to school permanence in the field and brings notes for future research.

Keywords: Field EJA; Rural settlement; School stay.

Resumen

Este estudio se centra en la Educación de Jóvenes y Adultos en el campo y tiene como objetivo analizar los aspectos que han contribuido a la permanencia escolar en el asentamiento rural 25 de Maio, observando la lucha por la Educación Rural en el contexto de la reforma agraria. Es una investigación cualitativa, descriptiva y explicativa, guiada por el método dialéctico. Para la recolección de materiales en campo se utilizaron entrevistas semiestructuradas, observación participante y análisis de documentos. Se encontró que la permanencia de la escuela en el campo está relacionada con las categorías gestión escolar, práctica docente y práctica pedagógica. La Secretaría Municipal de Educación es la responsable de la organización de la docencia, el apoyo pedagógico y la prestación de EJA en este asentamiento. Los docentes realizan tareas básicas que consisten en visitas domiciliarias, pero la escuela carece de apoyo pedagógico. Se encontró que la mayoría de los estudiantes son trabajadores rurales, con edades entre 32 y 50 años, quienes permanecieron en EJA para completar el proceso de escolarización (primaria II y secundaria) y obtener la certificación. Por tanto, este estudio nos permite reflexionar sobre los retos de EJA en áreas asentadas

prestando atención a la permanencia escolar en el campo y aportando apuntes para futuras investigaciones.

Palabras clave: Campo EJA; Asentamiento rural; Estancia escolar.

1. Introdução

Esta pesquisa trata da permanência escolar de jovens e adultos do campo no contexto da luta por direito a educação em áreas de reforma agrária, tendo como unidade de pesquisa o assentamento rural 25 de Maio, situado na cidade de Madalena, Ceará.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada àqueles que não puderam concluir seu processo de escolarização na idade própria sendo de responsabilidade do Estado assegurar, gratuitamente, o acesso e a permanência escolar na educação básica. No contexto da Educação do Campo, a EJA prevê oportunidades de escolarização nos níveis fundamental e médio, adequando sua proposta pedagógica às características, interesses, condições de vida e de trabalho no campo. Tem a finalidade não apenas de alfabetizar jovens e adultos assentados em situação de analfabetismo, mas de garantir que esses sujeitos tenham oportunidade de concluir seu processo de escolarização no próprio assentamento, pois, a falta de escolas no campo tem impulsionado o êxodo rural, principalmente dos jovens que na busca por escolarização tem saído do campo para estudar e viver na cidade.

O assentamento 25 de Maio foi o primeiro assentamento rural do estado do Ceará a construir uma proposta de educação para jovens e adultos fundamentada na educação popular. Símbolo da luta por reforma agrária, este assentamento, representa uma das conquistas dos movimentos sociais do campo. Ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de reforma agrária em 25 de maio de 1989, no contexto político de redemocratização do estado brasileiro e pós-promulgação da Constituição Federal de 1988.

Este assentamento tem extensão territorial de aproximadamente 22.992 hectares de terra abrangendo três cidades do sertão central cearense Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Está organizado em onze comunidades rurais denominadas de Vila: Paus Brancos, Paus Ferro, São Nicolau, Nova Vida, Caiçara, Riacho do Mel, Quieto, São Joaquim, Perdição, Agreste e Angeli. São seis escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio do campo para atender às 431 famílias assentadas, com população estimada em 2.100 habitantes (Lima, 2014, p. 68).

Entre os anos 2000 a 2011, os programas de escolarização destinados aos jovens e adultos do assentamento 25 de Maio funcionavam por meio de parcerias entre o MST, INCRA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA¹), Secretaria Municipal de Educação de Madalena (SMEM), Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC). Mas, em fevereiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro aprovou o decreto nº 20.252 que reduz a estrutura do INCRA, extinguindo o PRONERA e outros programas de incentivo a educação em áreas assentadas, quilombolas e comunidades extrativistas (Freitas, 2020).

Com a extinção do PRONERA as secretarias municipais de educação do estado do Ceará assumiram a responsabilidade pela oferta de escolarização na modalidade EJA. No entanto, a permanência escolar ainda é um desafio a ser superado nos assentamentos rurais, visto que menos de 50% dos alunos matriculados em turmas de EJA permanecem e concluem seu processo de escolarização.

Para Libâneo (2013), a permanência escolar diminui de acordo com a elevação do nível de escolarização. Apenas 20% dos alunos que iniciaram a 1º série chegam à 4º série do ensino fundamental. Isso acontece em virtude das condições precárias de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, escolas com infraestrutura precária, professores com pouca ou sem formação acadêmica, baixos salários pagos aos profissionais da educação, falta de material didático, ausência de biblioteca e laboratórios, dentre outros.

Este trabalho² volta-se ao estudo da permanência escolar nas turmas de EJA do assentamento rural 25 de Maio. Buscou-se investigar se os aspectos motivadores da permanência escolar estão relacionados ou não com a prática pedagógica, Prática docente e a gestão escolar.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar os aspectos que tem contribuído para a permanência escolar de jovens e adultos do assentamento rural 25 de Maio, observando a luta por Educação do Campo no contexto da reforma agrária.

¹ Criado em 1998 por meio da Portaria nº 10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

² Resultante da pesquisa de mestrado intitulada “A Educação de Jovens e Adultos e a permanência escolar: o caso do assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará”, de Lima (2014).

2. Metodologia

Procurando entender o objeto de estudo - permanência escolar na EJA do campo - desenvolveu-se uma metodologia baseada na abordagem qualitativa caracterizada como estudo de caso. Para Pereira et al. (2018, p. 67), a pesquisa de natureza qualitativa pressupõe “... a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”.

A pesquisa foi realizada nas turmas de EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Maio II, localizada a Vila do Quietão assentamento rural 25 de Maio, situado na cidade de Madalena, Ceará. Utilizou-se o estudo do tipo descritivo e explicativo, sob a ótica do método dialético. Os instrumentos utilizados para a coleta de material em campo foram à entrevista semiestruturada, observação participante e análise documental.

Foram entrevistados dezessete alunos do 6º ano do ensino fundamental da turma de EJA noturna; a professora da EJA que exercia função polivalente; a coordenadora pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de

Maio; a coordenadora geral de EJA da cidade de Madalena. Além disso, foram analisados os diários de aula da professora e o Projeto Político Pedagógico da Escola.

Para registro das observações e entrevistas utilizou-se os recursos da fotografia, do gravador digital e do diário de campo.

O estudo contou com revisão de literatura sobre as categorias temáticas Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo, fundamentadas em Furtado & Brandão (2000), Lima (2014), Fraga & Souza (2017), Almeida & Carvalho (2020), Arroyo, Molina e Caldart (2009), Carvalho (2006) entre outras pesquisas que se fizeram importantes para esse estudo.

3. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Assentamento 25 de Maio

O Movimento dos Trabalhadores Rurais do estado do Ceará participou do processo de consolidação do projeto de assentamento 25 de Maio e liderou um movimento a favor da construção de unidades escolares para crianças, jovens e adultos, dado ao elevado número de assentados em situação de analfabetismo.

Para pressionar o estado a construir escolas neste assentamento, no início dos anos de 1990 o MST improvisou salas de aula nos alpendres das casas dos assentados. As aulas eram ministradas por professores leigos, sem formação em nível superior ou médio (antigo magistério).

No início dos anos 2000, o MST buscou por meio de parcerias com entidades da reforma agrária, órgãos estaduais e federais a efetivação de projetos de escolarização no interior do assentamento 25 de Maio.

Após o MST fechar parcerias com o INCRA, PRONERA, Secretaria Municipal de Educação de Madalena (SMEM), Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC) e as Universidades Estadual e Federal do Ceará (UECE e UFC), os cursos destinados a EJA para aquisição das primeiras letras foram expandidos até o 4º ano do ensino fundamental.

Entre os anos de 2007 e 2008 o assentamento 25 de Maio foi o assentamento cearense com maior expressividade de matrícula na EJA. Ao todo foram 13 salas de aula, com 187 alunos frequentando e 42 alunos desistentes. Por questões política de manutenção dos projetos de escolarização, em 2012, a gestão pedagógica das turmas de EJA do assentamento 25 de Maio passou a ser conduzidas pela Secretaria Municipal de Educação de Madalena. Desde então, a oferta de EJA no interior deste assentamento acontece esporadicamente a depender da procura dos assentados por essa modalidade de ensino ou do interesse da SMEM em ofertar projetos de escolarização em áreas rurais.

A trajetória da EJA na perspectiva da Educação do Campo é marcada por avanços e desafios na luta pela consolidação de um projeto de sociedade, de campo e escola que reconheça os saberes do trabalho, da terra, das experiências e das ações coletivas sociais.

Para Furtado & Brandão (2000), [...] “O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação popular, que também alcança as áreas rurais, as mais atingidas pela exclusão educacional”. O direito a escola no e do campo historicamente negado, torna-se, pauta de discussão e luta dos movimentos sociais e povos do campo, que denunciam a ausência de políticas públicas para a população do campo, assim, como o cumprimento da legislação educacional brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394/96, assegura o direito à educação básica e o dever do Estado, ao afirmar, “acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria” (Art. IV). Portanto, é dever do Estado assegurar o direito à educação aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, envolvia programas de alfabetização e escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se, de uma política pública do governo federal para atendimento e inclusão social da população do campo. Este programa ampliou a oferta de escolarização em áreas de reforma agrária (Santos, 2012, p. 629 - 630). Possibilitou que

jovens e adultos estudassem em escolas próximas de sua residência, evitando o deslocamento campo – cidade.

Contudo, em 2016, em virtude dos cortes no setor educacional, o governo federal diminuiu o repasse de verbas para a manutenção dos projetos de escolarização destinados a EJA do campo em áreas de reforma agrária. Com a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016, a chamada PEC do teto dos gastos públicos, aprovada pelo Senado Federal através da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, congela todas as despesas por vinte anos para garantir o pagamento da dívida pública (Souza, 2019, p. 174), afetando o setor educacional. Uma lógica neoliberal de ineficiência do setor público que defende a privatização do ensino.

O corte de verbas para a educação reverbera negativamente na oferta e qualidade do ensino público prejudicando a população mais carente, principalmente, jovens e adultos que por algum motivo, no passado, interromperam seu processo de escolarização e buscaram na EJA a oportunidade de retornarem os estudos e concluírem seu o processo de escolarização com intuito de obter certificação ou qualificação profissional. Para Almeida & Carvalho (2020, p. 7) os sujeitos da EJA:

[...] guardam a identidade de trabalhadores e trabalhadoras, com vínculo empregatício ou não, e são pessoas que outrora tiveram o direito subjetivo à educação negado, mas que, por algum motivo, retornaram aos estudos. Têm visões de mundo, homem, sociedade e educação e, na maioria dos casos, acreditam que esta última pode influenciar na ascensão social.

As discussões referentes à identidade dos sujeitos da EJA do campo são definidas pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade. Portanto, o processo educativo deve está articulado com a cultura dos povos do campo, com seus valores, trabalho e vida social. A escola como espaço de apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade exerce influência na disseminação da educação, esta, forma o cidadão capaz de transformar a sociedade.

A EJA em áreas assentadas ainda é tratada como política compensatória e descontínua destinada apenas à alfabetização e a escolarização básica da população assentada, tendo em vista, que na prática, o acesso ao ensino fundamental II e ao ensino médio não é universal. São poucas as escolas do campo que ofertam todos os níveis de escolarização. No Ceará, são apenas treze escolas do campo de ensino médio para atender a população rural.

Em diálogos com os professores do assentamento 25 de Maio, constatou-se, que a oferta de escolarização na modalidade EJA ocorre esporadicamente e é ofertada de acordo com a procura dos assentados. Segundo a coordenadora geral de EJA de Madalena, Maria de

Jesus (54 anos), a SMEM é responsável pela matrícula da EJA apenas nos níveis fundamental I (do 1º ao 5º ano) e fundamental II (do 6º ao 9º ano). Cada turma de EJA deve ter no mínimo dez alunos matriculados, caso contrário, a oferta de escolarização é interrompida.

Uma das estratégias utilizadas pela SMEM para manter as turmas de EJA funcionando no interior deste assentamento é a organização do ensino no formato multisseriado, alunos de diferentes níveis de escolarização estudando na mesma sala de aula. Esse formato de organização facilita a gestão do ensino, mas, dificulta o trabalho pedagógico e a prática docente reverberando na permanência escolar.

A distância entre as comunidades rurais dificulta o deslocamento dos alunos. A respeito disto, Lima (2014) afirma que a organização do ensino no formato multisseriado permite que o aluno tenha acesso a escola no lugar onde vive evitando o seu deslocamento para a cidade. O problema é que ainda permanece nas escolas do campo o modelo tradicional de organização do espaço escolar por meio de série (educação rural). No caso da EJA além das dificuldades com o planejamento de cada série, no formato multisseriado, o professor ainda enfrenta problemas como falta de infraestrutura, de material didático, de apoio pedagógico e sobrecarga de trabalho.

Nas turmas de EJA do assentamento 25 de Maio, as salas de aula são heterogêneas, multicultural e plural. Os alunos são envolvidos nas mesmas atividades, embora existam diferenças em relação ao nível de escolarização de cada aluno. O problema é que o professor tem dificuldades em trabalhar o conteúdo curricular em uma sala de aula com grupos de três ou quatro alunos de diferentes níveis de escolarização.

Historicamente os sujeitos do campo tiveram seu direito à escola no espaço rural negado, dado a ausência de uma política educacional de caráter contínua e permanente que respeite as especificidades dos sujeitos do campo e garanta o acesso e a permanência escolar. Apesar da ausência de políticas públicas que garantam a oferta de escolarização e a permanência escolar no campo, muito jovem e adulto conseguem concluir seu processo de escolarização na escola do campo sem precisar deslocar-se para a cidade.

Nota-se, que alguns aspectos relacionados à gestão escolar, a prática pedagógica e a prática docente têm contribuído para a permanência escolar na EJA do campo. Esses aspectos estão relacionados à identidade dos sujeitos do campo, ao modo de vida, ao trabalho, a cultura e as relações sociais estabelecidas.

4. Os Sujeitos da EJA e a Permanência Escolar no Campo

Os sujeitos da EJA do campo em sua maioria são trabalhadores rurais com histórico escolar de idas e vindas, na tentativa de concluírem seu processo de escolarização no lugar onde vive. No entanto, observa-se, a pouca oferta de escolarização em áreas assentadas que contemple todos os níveis de ensino.

A EJA é uma modalidade de ensino que tem um público de diferentes faixas etárias, em geral são pessoas provenientes das camadas populares que historicamente tiveram seus direitos de acesso e permanência escolar negado. Homens e Mulheres trabalhadores (as) rurais, cujas histórias de vida são marcadas pelas diversas tentativas de superação do estigma do analfabetismo.

No assentamento 25 de Maio, a clientela da EJA corresponde à faixa etária dos 28 aos 60 anos de idade. A maioria são pessoas adultas, na faixa dos 30 e 40 anos, mas tem registro de idosos acima dos 70 anos de idade com histórico de escolarização na EJA. Evidencia-se nas observações e análise documental a ausência de registro de jovens com idade inferior aos 22 anos matriculados na EJA. Isso se deve ao fato de ter oferta de ensino fundamental regular e uma escola do campo de ensino médio localizada no interior deste assentamento.

De acordo com Lima (2014, p.72), a Escola de Ensino Médio do Campo João dos Santos de Oliveira tem dado oportunidade aos jovens assentados de concluírem seu processo de escolarização no ensino regular no espaço do assentamento, portanto, diminuindo a presença de jovens na EJA e a migração para as escolas urbanas. O problema é que a única escola de ensino médio existente neste assentamento não oferta escolarização contínua para o público da EJA, portanto, não atende a demanda e especificidades dos jovens e adultos fora da faixa etária escolar.

A luta por reforma agrária e a participação como militantes do MST motiva a permanência desses sujeitos no assentamento 25 de Maio. Há conscientização coletiva em relação ao trabalho no campo e ao uso da terra. A maior fonte de renda é a agricultura de base familiar e a pecuária com criação de animais de pequeno e médio porte.

A estiagem registrada no sertão central do estado do Ceará no período de 2012 a 2017 diminuiu a renda familiar dos assentados prejudicando a produção agrícola. Muitos assentados buscaram na cidade a oportunidade de complementar a renda familiar através de serviços como o de moto taxi, servente de pedreiro, costureira, empregada doméstica, babá, auxiliar de serviços gerais, motorista, entregador, caixa de supermercado, dentre outros. Segundo Almeida & Carvalho (2020, p. 12):

[...] uma identidade camponesa – historicamente uma identidade de resistência – configura-se um desafio. De acordo com o Censo Agropecuário IBGE (2017), dentre a população empregada em estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 2% são jovens de 25 anos, corroborando com a ideia do campo como o lugar do atraso. Assim, impulsionar experiências em educação do campo é fundamental para romper com este paradigma (Carvalho, 2006), uma vez que sua proposta político-educativa subentende uma nova forma de ser e estar no campo.

Desta forma, ao se fazer referência aos sujeitos da EJA do campo, é preciso atentar para as particularidades provenientes da vida no e do campo, como citadas acima por Almeida & Carvalho (2020). É preciso considerar, as especificidades do trabalho no campo, o espaço geográfico, as vivências e relações sociais estabelecidas, a cultura, a trajetória de vida e o percurso educativo de cada sujeito.

A EJA no contexto da Educação do Campo é a negação do termo “rural” e afirmação do termo “campo” (Fraga & Souza, 2017, p. 202). Nesse sentido, a educação do campo atenta para as especificidades da vida no espaço rural, pois considera o respeito à diversidade cultural, aos valores, a produção de conhecimento e a formação para o trabalho e para a vida social.

No contexto da Educação do Campo, observa-se, que os aspectos motivadores da permanência escolar na EJA estão relacionados à prática pedagógica, a prática docente e a gestão escolar.

A permanência escolar se caracteriza pelas atividades elaboradas pelos setores administrativos e pedagógicos da escola em conjunto com a família com a finalidade de garantir que o aluno através da frequência escolar, continue e conclua o curso ao qual havia efetuado matrícula.

Para Lima, Silva & Barbosa (2020), a gestão educacional é fruto da política educacional estabelecida pelo governo federal por meio do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios. Sendo assim, é função do gestor escolar garantir a permanência escolar através da racionalização do uso de recursos e de uma formação pedagógica que busque alcançar os objetivos de ensino, dentre eles a aprendizagem.

A gestão escolar é composta por todos os setores administrativos e pedagógicos e todas as pessoas que atuam na organização escolar e que desempenham papéis educativos. Considerando como instancias educativa não apenas as salas de aula, mais também os estilos e práticas de gestão, o atendimento na secretaria, o serviço de merenda e as relações entre funcionários e alunos, entre outros (Libâneo, 1999).

No assentamento 25 de Maio a gestão das turmas de EJA é conduzida pela Secretaria Municipal de Educação de Madalena (SMEM) através da coordenadora geral de EJA, que presta apoio pedagógico e auxilia os professores no planejamento das atividades. Constatou-se que a presença da coordenadora geral, Maria de Jesus, no assentamento é bem vista por toda comunidade escolar e que o apoio pedagógico da Secretaria de Educação garante a oferta de EJA no assentamento e a distribuição do material didático.

No entanto, nota-se, que coordenadora geral centraliza as funções administrativa e pedagógica, e que o acompanhamento presencial nas turmas de EJA do assentamento 25 de Maio acontece uma vez por mês, conseqüentemente, algumas demandas dos alunos e professores não são atendidas. De acordo com a professora Helena³ (51 anos) a ausência da coordenadora geral sinaliza para a falta de apoio da SMEM as turmas de EJA do campo:

Antes era muito entusiasmada com a turma de EJA. Eles eram interessados demais. Teve uma época que a turma funcionava muito bem, porque tinha professores fazendo trabalho de base, buscando os alunos nas comunidades. Vi que ano passado não foi assim, por isso, cobreí muito da coordenação municipal. Sempre passava nas casas dos alunos, falava rapaz vamos pra escola, vamos adotar a norma de “nenhum aluno fora da escola...” Todo dia tinha que ser feito esse mesmo trabalho, mas o mesmo se torna cansativo. Eu me desestimulei. Acredito que se a escola toda abraçasse a causa, os alunos permaneceriam.

Para a professora Helena a permanência escolar na EJA depende do apoio político e pedagógico da SMEM e do gestor escolar. Sem esse apoio é difícil manter os projetos de escolarização funcionando no interior deste assentamento. Problemas como a falta de material didático e pedagógico são constantes. A ausência de funcionários no período noturno sobrecarrega o trabalho do professor provocando cansaço físico e falta de estímulo ao ensino.

Todavia, a professora desenvolvia um trabalho de base a partir de uma ação coletiva dialogada. Acompanhava seus educandos no cotidiano de sala de aula e fazia visitas a domicílio, caso o aluno faltasse à aula.

Observou-se que a comunidade assentada presta apoio ao trabalho docente através da organização coletiva por meio da divisão de tarefas. Os alunos se revesam na limpeza, organização e manutenção do espaço escolar, pois, no período da noite o quadro de funcionários é reduzido.

Os alunos da EJA tem consciência da importância do processo educativo para o desenvolvimento social da comunidade e para a emancipação humana. Reconhecem a escola

³ Nome fictício atribuído à professora entrevistada.

como espaço educativo, o professor como agente transformador, e o trabalho coletivo como meio de superar os problemas advindos da ausência do estado.

Quanto às estratégias de ensino adotadas na EJA, professora Helena afirma que “[...] as aulas são dialogadas com base na educação popular. Utilizo o recurso da contação de história e da dinâmica de grupo. Os conteúdos são selecionados a partir do PPP da escola e do livro de EJA”. Portanto, as aulas são conduzidas a partir de uma prática pedagógica ativa que relaciona a prática social à formação humana.

As dinâmicas de grupo citadas pela professora são chamadas pelos alunos de “brincadeiras”. Momento rico de interação e descontração, de aproximação dos sujeitos envolvidos capaz de promover a interação professor - aluno, aluno – aluno, aluno – conteúdo. Na perspectiva dialógica a educação não se faz apenas com a transmissão de conteúdo, mas também com a participação do aluno, sendo a dinâmica em grupo uma ferramenta capaz de permitir essa participação. A participação dos alunos durante as dinâmicas de grupo permitia com que os mesmos ultrapassassem sua condição de espectador passivo para a condição de sujeito ativo, já que o aluno sentia-se sujeito de seu processo (Freire, 1987).

No que concerne aos aspectos motivadores da permanência escolar na EJA, os alunos entrevistados destacam o interesse pela certificação para inserção no mercado de trabalho, vontade de aprender a ler e autonomia pessoal.

Aluno 1 (37 anos) - Eu permaneci porque tinha muita vontade de concluir a 5º série.

Aluno 2 (60 anos) - Permaneci porque tinha vontade de concluir os estudos. A vontade fez com que eu persistisse e fosse até o fim. Queria concluir o ensino médio, mas não tem turma de EJA no assentamento. A professora sugeriu que eu fosse estudar com os meninos da escola do campo de ensino médio regular, mas não me sinto confiante em estudar com adolescentes. É aquela zoada, eles não obedecem a ninguém, fica aquele frevo todo pra gente da minha idade não dar não. (60 anos).

Aluno 3 (40 anos) - Eu só ia para a escola para conversar com meus amigos. Também gostava de escrever e copiar texto no caderno.

Aluno 4 (28 anos) - Toda vida gostei de estudar porque a escola é perto de minha casa. Se tivesse outros cursos para continuar meus estudos, eu faria. Quero concluir tudo e fazer um curso técnico para agente de saúde. Gostaria de cursar a 8º série,

mas não tem turma formada. Se tivesse eu continuaria meus estudos aqui no assentamento porque é pertinho de casa. Gostaria de trabalhar na educação ou na saúde, por isso, preciso estudar.

Na fala dos sujeitos entrevistados os aspectos relacionados à vontade de concluir o ensino fundamental, de estudar, aprender os conteúdos e de aproveitar os momentos de socialização, motivaram a permanência escolar no campo. Os sujeitos do campo reconhecem o campo como lugar de produção de conhecimento, cultura, trabalho e socialização. Diante desta abordagem, considera-se importante a oferta de escolarização na modalidade EJA em áreas de reforma agrária como fator social importante para a inclusão e emancipação dos povos do campo.

Nesse contexto, compreende-se, que a prática docente articulada com a gestão escolar e o apoio pedagógico fortalece o trabalho desenvolvido na EJA e motiva a participação e permanência escolar no campo. Desta forma, é preciso pensar na consolidação de uma política pública de caráter contínuo e permanente que garanta a oferta e manutenção dos projetos de escolarização destinados a EJA do campo nos níveis fundamental e médio, de maneira que os alunos consigam concluir a educação básica no próprio assentamento.

5. Considerações Finais

Com base nas entrevistas, observações e análise documental constatou-se que a permanência escolar nas turmas de EJA do assentamento rural 25 de Maio está relacionada à prática docente, prática pedagógica e gestão escolar.

Os professores realizam um trabalho de base na comunidade assentada através de visita domiciliar na residência dos alunos com frequência escolar irregular. Este acompanhamento pedagógico permite que professor e aluno tenha uma relação dialogada. Assim, é possível identificar problemas e pensar em soluções que viabilize a permanência escolar considerando as particularidades dos sujeitos.

Junto à prática docente é preciso ter uma gestão escolar democrática e participativa que forneça apoio pedagógico para os professores e condições para o bom funcionamento das turmas no período noturno, ampliando o número de funcionários para evitar que os professores acumulem função administrativa e de serviços gerais.

É necessário que a oferta de escolarização básica seja contínua e permanente, de maneira que assegure escolarização nos níveis fundamental e médio para os jovens e adultos

assentados. A SMEM deve ampliar o apoio pedagógico a EJA do campo, dado as especificidades do campo: localização, características geográficas, o trabalho, as relações sociais e culturais, dentre outras.

Este estudo incentiva a reflexão sobre a importância de pesquisas que enfoquem a educação de jovens e adultos em áreas de reforma agrária. Sinaliza para pesquisas futuras que trate das políticas públicas para a permanência escolar no campo.

Referências

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (2009). *Por uma Educação do Campo*. (4a ed.), Petrópolis, RJ: Vozes.

Almeida, J. P. G., & Carvalho, S. M. G. (2020). *As repercussões do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) nas vidas de educandos: idas e vindas de suas trajetórias escolares*. Research, Society and Development, 9(8), 1 – 23.

Almeida, J. P. G., Carvalho, S. M. G., Oliveira, D. N. S., & Nunes, L. C. F. (2020). *Juventude rural e escolarização: da negação de direitos às possibilidades de resistência na Chapada do Apodi-Ceará*. Research, Society and Development, 9 (8), 1 – 15.

Brasil. (2002). *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. MEC/MDA, Brasília.

Carvalho, S. M. G. (2006). *Educação do Campo: PRONERA, uma política em construção*. 2006. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Fraga, R. C. Q., & Souza, J. R. F. (2017) *Pedagogia da Alternância e prática educativa na educação do campo: experiência da Escola Família Agrícola Dom Fragoso no Ceará*. Revista Práxis Educacional, 13(26), 196-216.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freitas, L. C. *Coordenação da Educação do Campo é extinta*. Avaliação Educacional, Blog do Freitas. Recuperado de <https://avaliacaoeducacional.com/2020/02/27/coordenacao-da-educacao-do-campo-e-extinta/>.

Furtado, E. D. P., & Brandão, M. L. P. (2000). *O que se sabe e o que se faz sobre a educação no contexto dos assentamentos rurais: colocando gás na lamparina*. 23º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Recuperado de <http://www.23reuniao.anped.org.br/textos/0619t.PDF>.

LDB. (2017). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 de 1996*. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf.

Lima, N. L. G., Silva, T. M. R., & Barbosa, M. V. S. (2020). *A Gestão do ensino público em Distritos Educacionais: uma realidade marcada por desafios e tensionamentos*. Research, Society and Development, 9 (9), 1 – 23.

Lima, N. L. G. (2014). *A Educação de Jovens e Adultos do campo e a permanência escolar: o caso do assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará. 2014*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Pereira A. S., Shitsuka D. M., Pereira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Santos, C. A. (2012, p. 629 a 635). *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)*. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. (2a ed.), Rio de Janeiro/ São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular.

Souza, J. (2019). *A Elite do Atraso*. Edição Revista e Ampliada: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Nara Lucia Gomes Lima – 50%

José Ribamar Furtado de Souza – 50%